





Novos Cadernos NAEA

v. 29, n. 1 • jan-abr. 2026 • ISSN 1516-6481/2179-7536





# **A ECONOMIA COMO PROCESSO INSTITUÍDO: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA SUBSTANTIVA DE KARL POLANYI**

## **THE ECONOMY AS AN INSTITUTED PROCESS: AN ANALYSIS OF KARL POLANYI'S SUBSTANTIVE PERSPECTIVE**

**Sebastião Novais Sousa Crispim**  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

**Cleidianne Novais Sousa Crispim**  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

## RESUMO

Este artigo contextualiza a economia como um processo intrinsecamente ligado à sociedade, tendo como objetivo central explorar a teoria da economia substantiva de Karl Polanyi em contraste com a visão formalista neoclássica. A metodologia fundamenta-se em pesquisa bibliográfica de caráter analítico-conceitual, utilizando fontes primárias, como A Grande Transformação, e intérpretes para sistematizar conceitos fundamentais. O principal resultado demonstra que a economia é um “processo instituído”, moldado por instituições e não por uma racionalidade individualista isolada. O texto revela que o mercado autorregulador é uma falácia utópica que promove o “desenraizamento” social ao transformar terra, trabalho e dinheiro em “mercadorias fictícias”. Conclui-se que a abordagem polanyiana é essencial para compreender realidades complexas e economias invisibilizadas que a teoria ortodoxa ignora, sendo fundamental para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

**Palavras-chave:** Economia Substantiva, Falácia Economicista, Mercadoria Fictícias, Processo Instituído, Sociedade de Mercado.

## ABSTRACT

This article contextualizes the economy as a process intrinsically linked to society, with the central objective of exploring Karl Polanyi's theory of substantive economics in contrast to the neoclassical formalist view. The methodology is grounded in bibliographical research of an analytical-conceptual nature, utilizing primary sources, such as The Great Transformation, and interpreters to systematize fundamental concepts. The main findings demonstrate that the economy is an 'instituted process,' shaped by institutions rather than by an isolated individualistic rationality. The text reveals that the self-regulating market is a utopian fallacy that promotes social 'disembeddedness' by transforming land, labor, and money into 'fictitious commodities.' It concludes that the Polanyian approach is essential for understanding complex realities and invisibilized economies that orthodox theory ignores, being fundamental for the formulation of more inclusive and sustainable public policies.

**Keywords:** Substantive Economy, The Economic Fallacy, Fictitious Commodities, Instituted Process, Market Society.

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da economia como um processo intrinsecamente ligado à sociedade, e não como uma esfera autônoma regida por leis naturais, constitui o cerne do pensamento de Karl Polanyi. Suas análises críticas sobre as transformações estruturais do sistema capitalista, especialmente a partir do século XIX, lançam luz sobre a complexa relação entre economia e sociedade, destacando os processos de enraizamento e desenraizamento. Este artigo se propõe a explorar a teoria polanyiana da economia substantiva, contrapondo-a à visão formalista da economia neoclássica e investigando as implicações desses conceitos para a compreensão de diferentes sistemas econômicos.

Polanyi, ao identificar o processo econômico como instituído, afasta-se da concepção individualista dos agentes econômicos, cujas ações seriam determinadas por uma racionalidade utilitarista. Em vez disso, ele enfatiza a importância das instituições – econômicas e não econômicas – na organização das atividades econômicas. A economia, portanto, não seria uma totalidade social em si mesma, mas uma parte integrante de um conjunto mais amplo de relações sociais, culturais, políticas e históricas. Essa perspectiva possibilita identificar os traços históricos do desenvolvimento dos sistemas econômicos, revelando que o sistema de mercado, com sua lógica de troca mercantil, é uma construção historicamente datada, fruto de uma profunda transformação institucional.

Central para a análise polanyiana é a distinção entre os significados formal e substantivo do termo “econômico”. Enquanto o significado formal se refere à lógica da escolha entre meios e fins escassos, o significado substantivo diz respeito à dependência do ser humano da natureza e dos semelhantes para sua sobrevivência, abrangendo o intercâmbio com o meio natural e social para satisfazer necessidades materiais. A “falácia economicista”, segundo Polanyi, reside na tentativa de reduzir a complexidade da economia humana à lógica restrita do mercado autorregulador, ignorando as diversas formas de integração econômica que existiram e coexistem em diferentes sociedades.

Como objetivo central deste artigo é **explorar a teoria da economia substantiva de Karl Polanyi**, buscando estabelecer um contraste crítico com a perspectiva formalista da economia neoclássica. Para alcançar esse propósito, o artigo estrutura-se em torno dos seguintes eixos:

a) **Sistematização de conceitos fundamentais:** O texto busca apresentar a estrutura teórica de Polanyi, focando na ideia da **economia como um processo instituído**, onde as atividades econômicas são moldadas por instituições econômicas e não econômicas (como religião e governo), em vez de serem fruto de uma racionalidade individualista utilitarista;

b) **Diferenciação entre o formal e o substantivo:** O artigo esclarece que, enquanto o significado formal se refere à lógica da escolha racional diante da escassez, o significado **substantivo** diz respeito à dependência humana da natureza e da sociedade para a sobrevivência;

c) **Análise das formas de integração:** O texto aprofunda o estudo sobre como a **reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade e a troca** organizam as atividades de produção e distribuição em diferentes contextos históricos;

d) **Investigação do enraizamento e desenraizamento:** O objetivo é examinar como a economia, historicamente “enraizada” nas relações sociais, sofre um processo de **desenraizamento** no capitalismo, no qual o mercado busca se tornar autorregulador e autônomo, gerando tensões e contradições sociais;

e) **Demonstração da relevância contemporânea:** Por fim, o artigo pretende mostrar a utilidade da teoria polanyiana para compreender as dinâmicas econômicas atuais e analisar realidades que a teoria econômica ortodoxa frequentemente ignora.

Este artigo busca apresentar uma síntese das principais categorias do pensamento de Karl Polanyi, indicando como sua obra é de suma relevância para a compreensão dos processos econômicos reais nas sociedades contemporâneas. Apesar de sua densidade analítica, Polanyi ainda é um autor pouco difundido no pensamento social brasileiro e em certos meios acadêmicos. Com esta síntese, espera-se colaborar para a difusão de sua perspectiva teórica, conferindo-lhe o devido reconhecimento ao lado de grandes pensadores da economia, como Smith, Ricardo, Marx, Keynes e Schumpeter<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Dois manuais de referência sobre a história do pensamento econômico de E. K. Hunt e de Robert Heilbroner não colocam Karl Polanyi como autor a ser destacado em suas obras.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta investigação, que visa apresentar as ideias fundamentais do pensamento econômico de Karl Polanyi, fundamenta-se em sua perspectiva de economia substantiva. Para estruturar o arcabouço teórico-conceitual polanyiano, adotou-se o método de pesquisa bibliográfica de caráter analítico-conceitual. Tal abordagem viabiliza a análise aprofundada de fontes primárias e secundárias, com o objetivo central de sistematizar as categorias teóricas presentes nas respectivas referências.

Dessa forma, procedeu-se à organização e posterior exposição dos conceitos centrais da evolução do pensamento de Karl Polanyi, utilizando-se, fundamentalmente, de suas duas obras seminais: *A Grande Transformação: as origens da nossa época*, publicada originalmente em 1944, e *A Subsistência do Homem*, obra derivada do livro *The Livelihood of Man* (publicado póstumamente em 1977)<sup>2</sup>. Também foram consultados intérpretes da obra de Polanyi que analisaram e aplicaram seus conceitos centrais — em especial o **de enraizamento ou incrustamento (*embeddedness*)**, a depender da tradução adotada.

Assim, a análise inicia-se com a apresentação dos conceitos centrais da teoria econômica substantiva de Karl Polanyi. Posteriormente, na seção final do artigo, será realizada uma discussão sobre as possibilidades de aplicação dessa teoria e a relevância dessa forma de pensamento analítico para a compreensão de realidades sociais e econômicas complexas — contextos nos quais o arcabouço retórico da teoria econômica ortodoxa frequentemente ignora ou não consegue explicar as economias invisibilizadas na periferia do sistema capitalista.

## 3 A ECONOMIA COMO PROCESSO INSTITUÍDO

Karl Polanyi pode ser considerado o principal expoente de uma perspectiva denominada economia substantiva. Suas obras realizaram análises críticas sobre as transformações estruturais que ocorreram no sistema econômico capitalista. No intuito de construir sua análise teórica e empírica, Polanyi (2012a; 2012b) identificou o processo econômico como instituído nas sociedades em diferentes épocas da história humana. Essa perspectiva, para

---

<sup>2</sup> Ambas obras foram publicadas edições brasileiras no ano de 2012 o que vêm permitindo um maior acesso ao pensamento do autor.

Cangiani (2012), o aproximou dos antigos institucionalistas americanos<sup>3</sup>, pois ambos produziram obras que analisaram comparativamente sistemas econômicos e as possíveis mudanças institucionais que possibilitariam a estabilidade econômica.

Uma análise econômica de caráter institucional, para Polanyi (2012a), não partiria de uma concepção individualista dos agentes econômicos; suas ações não seriam determinadas por uma *racionalidade*<sup>4</sup> utilitarista tipicamente neoclássica. Seu método se baseava em analisar sistemas econômicos organizados por meio de interações humanas instituídas em processos econômicos. Nesse sentido, o comportamento dos agentes econômicos não poderia ser analisado como atomizado e automatizado. Para Polanyi (2012a), os agentes moldam seu comportamento de forma adaptativa ao sistema econômico instituído. Polanyi (2012a) apresenta uma crítica à “ação racional” que a concepção formalista da economia concebe do agente econômico como um ser maximizador.

A teoria de Karl Polanyi é de fundamental importância para nossa investigação, pois nos permitiu considerar a economia não como uma totalidade social, mas como uma parte que compõe outras estruturas da sociedade, sendo instituída por relações econômicas, sociais, culturais e políticas, as quais são organizadas ao longo da história da humanidade. Com isso, foi possível identificar os traços históricos do desenvolvimento dos sistemas econômicos. Para tanto, apontamos, com base em Polanyi (2012a, 2012b), uma importante constatação: *o sistema econômico de mercado é uma construção historicamente datada que surge por uma mudança institucional que transformou a sociedade contemporânea.*

[...] Na sociedade de mercado, portanto, o comportamento econômico se destaca como tal e o sistema econômico parece autônomo, seguindo regras próprias. Aqui reside a base real das generalizações ideológicas da teoria econômica e de sua tendência a considerar o sistema econômico como um sistema fechado (Cangiani, 2012, p. 328).

O método polanyiano possibilita elaborar análises que evidenciam que o processo econômico não pode ser considerado como *naturalmente*

<sup>3</sup> O antigo institucionalismo era uma perspectiva econômica que emergiu no final do século XIX nos Estados Unidos da América e suas principais figuras são Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, estes podem ser considerados os primeiros da escola institucionalista.

<sup>4</sup> Polanyi (2012a) critica a concepção formalista da economia que define o agente econômico como um ser maximizador, com base na ideia de “ação racional”.

instituído. Ele é fundamentalmente histórico e social, sendo assim, definido como *institucional*. A estabilidade econômica é uma evidência dessa base institucional, formas de integração historicamente instituídas modelam à organização econômica em diversos sistemas econômicos ao longo da história humana<sup>5</sup>. A categoria institucional de “mercado” acaba por ser um conceito geral de um sistema social historicamente datado. Assim, devemos compreender sua organização como um elemento de um conjunto localizado de interações humanas em um período.

### 3.1 A FALÁCIA ECONOMICISTA E A DISTINÇÃO ENTRE ECONOMIA FORMAL E SUBSTANTIVA

A compreensão de uma economia com base substantiva é pouco perceptível nos debates econômicos acadêmicos e na mídia. Isso se explica pela homogeneização institucional de uma forma de organização econômica para a subsistência humana que fundiu as regras da escolha e da escassez em um único sistema. Tal forma econômica apresenta-se como um sistema de mercados formadores de preços, no qual os agentes econômicos realizam trocas envolvendo escolhas induzidas pela escassez de recursos. Nesse sistema, tudo pode ser reduzido a um único padrão lógico baseado no significado formal de “econômico”. Na história econômica da humanidade, é a primeira vez que a economia é transformada em um sistema de mercados formadores de preços no qual os dois significados de “econômico” são integrados na prática (Polanyi, 2012a). Essa percepção de um sistema econômico de mercado, identificada por Polanyi (2012a) como conceito compósito, foi aceita por leigos e autores clássicos<sup>6</sup> da perspectiva que identificamos como economia neoclássica, a exemplo de Marshall e Pareto (Polanyi, 2012a).

[...] A economia constitui uma exceção, naturalmente, já que, no sistema mercado, era fatal que esse termo fosse bastante realista. Mas antropólogos, o sociólogo ou o historiador, cada qual em seu estudo do lugar ocupado pela economia na sociedade humana, deparavam com uma enorme variedade de outras instituições que não os mercados, nas quais se enraizava a subsistência do homem (Polanyi, 2012a, p. 295).

<sup>5</sup> Polanyi (2012a) apresenta três formas de integração: reciprocidade, redistribuição e a troca mercantil. A domesticidade que Schneider e Escher (2011) identificam como uma quarta forma de integração é apresentada por Polanyi (2012a) como característica da reciprocidade.

<sup>6</sup> Polanyi (2012a) ressalta a crítica de Carl Menger, em sua obra póstuma, ao emprego do termo “econômico” para todas as formas de organização econômica.

O *mainstream* da ciência econômica geralmente utiliza um método analítico que possibilita identificar apenas uma forma específica de economia, dependente da presença de relações de mercado. O comportamento dos agentes econômicos parte de uma lógica de *ação racional* produzida no âmbito da economia formal, que organiza a análise econômica sob essa perspectiva.

Por ação racional, deve-se entender o ato de escolha dos meios em relação aos possíveis fins. Dessa forma, os meios são os instrumentos apropriados para atingir determinados fins, sem que se faça distinção entre leis da natureza e regras constituídas para o funcionamento do sistema. “[...] Portanto, “racional” não se refere aos fins nem aos meios, mas à relação dos meios com os fins” (Polanyi, 2012a, p. 296).

A questão central é que pressupor uma condição de escassez de recursos para a totalidade de um sistema não condiz com a realidade da organização econômica da vida humana. A escassez não é natural ao sistema econômico de mercado; ela é, antes de tudo, fruto da apropriação individual de recursos coletivos. Ou seja, é o estabelecimento da propriedade privada que produz escassez sistemática. Somente com um sistema econômico de mercado as instituições adotam a lógica das escolhas individuais como forma de economia. Essa economia de caráter formal postula a escassez como fundamento da ação maximizadora dos agentes econômicos, o que sistemicamente reduz o nível da interação humana a um padrão homogeneizado. Essa é a lógica do significado formal da economia, identificada com comportamentos racionais universalizantes, cujas regras de funcionamento são aplicáveis a um tipo específico de organização econômica: o mercado (Polanyi, 2012a)

Essa exposição sobre o funcionamento do conceito formal do termo econômico possibilitou evidenciar uma base econômica distinta, fundamentada em economias empíricas: a economia substantiva. Conforme definiu Polanyi (2012a), o conceito substantivo é a própria economia empírica, entendida como um processo (histórico) instituído de interações humanas com seus meios natural e social. A busca por garantir o suprimento contínuo de meios que satisfaçam as necessidades materiais permite compreender que “[...] a economia é um processo instituído” (Polanyi, 2012a, p. 299).

Por *processo*, deve-se entender, historicamente, a maneira como uma economia é instituída. No método de análise institucional de Karl Polanyi, o processo vincula-se a *movimentos de localização e apropriação*, ambas ações sobre elementos materiais que podem alterar suas posições e seus

detentores. Essas mudanças podem ou não ocorrer simultaneamente, mas, em conjunto, restringem as possibilidades envolvidas no processo econômico. Assim, fragiliza-se a argumentação de que o processo econômico se organiza como um fenômeno “socialmente natural” (Polanyi, 2012a).

Define-se o movimento de *localização* como a produção e o transporte, nos quais os objetos se deslocam espacialmente. Esses objetos podem ser bens de ordem superior ou inferior, e sua utilidade, do ponto de vista do consumo, permite a classificação desses bens. Polanyi (2012a) analisou a distinção entre bens de consumo e bens de produção para a satisfação de necessidades diretas ou indiretas, que ocorre por meio da combinação de outros bens. Esse movimento de localização determina um aspecto importante da economia substantiva: a produção (Polanyi, 2012a).

O movimento de *apropriação* refere-se à circulação e à administração de bens. No caso da circulação, esse movimento resulta das transações; no caso da administração, trata-se da disposição desses bens. As transações, como movimento apropriativo entre diferentes agentes (“mãos”, nos termos de Polanyi), possibilitam que a disposição dos bens ocorra por meio de uma ação unilateral de uma instituição (uma “mão”, segundo Polanyi) que, pelo costume ou pela lei, se impõe ao processo econômico.

[...] As atividades sociais, na medida em que fazem parte do processo, podem ser chamadas de econômicas; as instituições são assim chamadas na medida em que contêm uma concentração dessas atividades; qualquer componente do processo pode ser visto como um elemento econômico (Polanyi, 2012a, p. 301).

Aqui identificamos a base da análise institucional de Karl Polanyi: para ele, *a economia se organiza processualmente, e são as instituições que conferem unidade e estabilidade ao processo econômico*. Essas estruturas sociais desempenham funções bem definidas na sociedade, e o papel da economia na história humana é de significativa importância, em conjunto com os valores sociais, culturais, religiosos e políticos. A unidade, a estabilidade, a estrutura, a função, a história e a política compõem e operacionalizam uma economia humana em um processo instituído nas sociedades (Polanyi, 2012a).

Essa economia humana, como processo instituído, estabelece-se pelo enraizamento de instituições econômicas e não econômicas, as quais coexistem de tal forma que se torna necessário compreender que a religião e o governo são tão fundamentais para a estrutura funcional de uma economia quanto as instituições monetárias e a disposição dos meios de produção para o funcionamento de um sistema econômico.

### 3.2 FORMAS DE INTEGRAÇÃO COMO PROCESSOS INSTITUÍDOS

As formas de integração conectam movimentos institucionalizados nos quais o processo econômico se manifesta, abrangendo o transporte, o armazenamento e a distribuição de recursos naturais e trabalho na sociedade. As formas de integração (Quadro 1) diferenciam-se pelo modo como a economia se relaciona com as esferas política, cultural e religiosa das sociedades. Ou seja, é no âmbito dessas relações que se define quais formas de integração se estabelecerão em um sistema econômico.

Quadro 1 - Formas de integração econômica

|                   |  |
|-------------------|--|
| Reciprocidade     | São movimentos entre pontos correlatos de grupos simétricos, a reciprocidade pressupõe como base grupos sociais que sejam simetricamente dispostos na organização de uma sociedade.                    |
| Redistribuição    | Designa movimentos de apropriação em direção a um centro e dele parte para um todo (grupo ou sociedade), a redistribuição depende da presença de certa medida de centralidade em um grupo (sociedade). |
| Troca (mercantil) | São movimentos mútuos que ocorrem entre “mãos” num sistema de mercado, a troca depende para produzir integração de um sistema de mercados formadores de preços.  |

Fonte: adaptado de Polanyi (2012a).

A forma de integração da *reciprocidade* foi mais bem comprovada em estudos antropológicos de sociedades tribais<sup>7</sup>. Os movimentos de reciprocidade de bens expressavam-se em termos de *dádiva* e *contradádiva*. Assim, quem recebia uma dádiva deveria retribuir à comunidade por meio de algum serviço. Esse mecanismo só funcionava em sociedades onde a simetria entre as pessoas estivesse bem definida (Polanyi, 2012a).

A *redistribuição*, enquanto forma de integração de um grupo que busca alocar os bens de uma sociedade (recursos naturais e humanos), concentra e redistribui esses bens conforme o costume, a lei ou uma decisão central autoritária. Pode-se alcançar como resultado o trabalho compartilhado no próprio conjunto do grupo ou da sociedade. Por exemplo, na antiguidade, os chamados impérios hidráulicos (Egito, Suméria, Babilônia ou Peru) constituíram bons exemplos de sociedades que aplicaram a redistribuição como forma de organização econômica de suas respectivas sociedades (Polanyi, 2012a).

<sup>7</sup> Karl Polanyi articulou diversos estudos de antropólogos com exemplos empíricos dessas formas de integração (Polanyi, 2012a).

A *domesticidade* pode ser vista como uma forma de integração que tem uma dimensão tão grande e importante quanto a reciprocidade e a redistribuição. Porém, sua natureza institucional é distinta destas. O mercado ou o comércio são tão importantes quanto a reciprocidade e a redistribuição, o que coloca essas formas de integração presentes em diversos sistemas econômicos ao longo da história da humanidade. A domesticidade é uma forma de integração própria da organização econômica familiar, como a camponesa, que apresenta ao longo da história a economia doméstica como instituição. Polanyi (2012b) cita Aristóteles para fundamentar a importância histórica da domesticidade, concordando com a distinção que o filósofo grego realizou entre a domesticidade e o ato de ganhar dinheiro. Assim, Aristóteles já reconhecia a importância da domesticidade como uma esfera distinta da economia monetária. A análise dessa forma de integração é importante para compreender que ela é uma organização econômica produtiva das sociedades camponesas.

Aristóteles insiste na produção para uso, contra a produção visando o lucro, como essência da domesticidade propriamente dita. Assim, ele argumenta que uma produção acessória para o mercado não precisa destruir a autossuficiência doméstica, uma vez que a colheita seja reinvestida na fazenda, para sustento, seja como gado ou cereal. A venda dos excedentes não precisa destruir a base da domesticidade (Polanyi, 2012b).

Com isso, as instituições do mercado e do dinheiro seriam meros acessórios da organização doméstica de autossuficiência. O princípio da produção para o próprio uso poderia ser o principal mecanismo regulador de um sistema econômico. Com o desenvolvimento dos mercados de forma mais numerosa a partir do século XVI, e com as profundas transformações ocorridas ao longo do século XIX, que consolidaram o capitalismo industrial, essa instituição (mercado) que anteriormente ocupava um papel de composição na sociedade, no entanto, passou a ser uma totalidade sistêmica onde a sociedade está subordinada à sua lógica.

A *troca*, entendida aqui como escambo ou permuta, apresenta-se como um movimento bidirecional de bens entre pessoas. Ou seja, as formas de escambo ou permuta condicionam os comportamentos humanos para obtenção do máximo de proveito. Os atos de pechinchar e regatear, inerentes à troca, são de fundamental importância nessa forma de integração, pois fazem parte dos padrões comportamentais que são logicamente exigidos em um mecanismo de mercado. Ao longo da história, em estruturas

institucionais mais complexas, o padrão de mercado não surge apenas de desejos individuais de troca, mas também de interações instituídas em um sistema econômico (Polanyi, 2012a).

As diferentes formas de integração, como a reciprocidade, a redistribuição e a troca, não são em si estágios de desenvolvimento das sociedades (Polanyi, 2012a). Dessa forma, condicionadas por diversos fatores históricos e sociais, essas formas de integração acabaram por definir as características dominantes de cada organização econômica. Nas sociedades tribais, a reciprocidade e a redistribuição eram predominantes, enquanto a troca ocupava um papel secundário. A reciprocidade, embora tenha se transformado ao longo da história, sobreviveu em diversas sociedades. A redistribuição foi determinante na organização produtiva nas sociedades hidráulicas, como o Egito Antigo e a Mesopotâmia, onde a centralização do poder político estava intimamente ligada à gestão dos recursos hídricos. É por isso que Polanyi (2012a) critica a visão reducionista de que a troca seria a única forma de integração em economias ocidentais a partir do século XIX, destacando a importância histórica e social de outras formas de organização econômica.

Nesse sentido, bastava concentrar a atenção nos papéis da terra e do trabalho como instituições sociais fundamentais para identificar quais as formas de integração predominantes em um determinado sistema econômico<sup>8</sup>. Analisando os papéis da terra e do trabalho, podemos compreender empiricamente como as diferentes formas de integração moldam a organização dos sistemas econômicos. É fundamental compreender a distinção entre uma economia enraizada, como as sociedades tribais, onde a reciprocidade e a redistribuição coexistem com a troca, e uma economia desenraizada, como o capitalismo industrial, onde a troca mercantil se torna a forma dominante de integração, subordinando as demais.

### 3.3 TRANSFORMAÇÕES POR PROCESSOS DE ENRAIZAMENTO E DESENRAIZAMENTO

Em artigo publicado na introdução da versão brasileira<sup>9</sup> do livro *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, o italiano Michele Cangiani apresenta a teoria institucional de Karl Polanyi. Segundo Cangiani (2012),

<sup>8</sup> O que os historiadores costumam chamar, mais ou menos tradicionalmente, de “sistemas econômicos” – isto é, economias empíricas de um tipo definido, como o feudalismo ou o capitalismo – enquadra-se nesse padrão (Polanyi, 2012a).

<sup>9</sup> Publicado no ano de 2012 pela editora Contratempo.

Polanyi construiu suas análises interessado em compreender os mecanismos e as dinâmicas da sociedade capitalista contemporânea, buscando identificar seus traços característicos. Essa perspectiva se insere em uma tradição de pensamento social europeu que, desde o século XIX, busca compreender os processos de transformação social e econômica, como se observa em grandes obras de autores como Marx, Weber e Durkheim. Cangiani (2012) inclui Polanyi entre esses estudiosos, destacando sua contribuição para a compreensão da relação entre economia e sociedade e a importância das instituições na moldagem dos sistemas econômicos.

A aproximação teórica que enquadra Karl Polanyi na perspectiva do antigo institucionalismo americano, caracterizado por uma abordagem histórica e institucional da economia, é de fato coerente. Para Polanyi (2012a, 2012b), a economia é moldada pela organização social das instituições, sejam elas econômicas ou não. Além de sua afinidade com o institucionalismo americano, o pensamento de Polanyi também apresenta convergências com a crítica marxista à economia política, especialmente no que diz respeito à importância das instituições sociais na moldagem da economia. Como aponta Cangiani (2012), embora Polanyi não se definisse como marxista, suas análises compartilham com Marx uma perspectiva crítica em relação ao liberalismo econômico. Após essa contextualização, vamos explorar dois conceitos fundamentais na obra de Polanyi: enraizamento e desenraizamento, que nos permitem analisar as diferentes formas de organização econômica e suas relações com as instituições sociais.

Para Cangiani (2012), os *sistemas econômicos* são, em essência, produtos da atividade humana, moldados por processos sociais e históricos. Assim, a organização social, ou como Polanyi (2012a) chama as diferentes formas de integração da economia, como a reciprocidade, a redistribuição e a troca, são estabelecidas por processos institucionais. Ao longo da história da humanidade, diversas formas de organização social da economia foram estabelecidas. O *sistema econômico de mercado*, com sua ênfase na troca mercantil, emerge como uma forma específica de organização social que, segundo Polanyi (2012b), se consolida como uma instituição totalizante apenas a partir do século XIX. Dessa forma, é fundamental compreender que o mercado, enquanto sistema econômico, não é uma entidade abstrata, mas sim um conjunto de instituições sociais e relações econômicas que se desenvolvem historicamente e se enraízam na sociedade de maneiras específicas.

A oposição enraizada/desenraizada, no tocante à economia em sua relação com toda a sociedade, é significativa para Polanyi nesse nível conceitual sumamente abstrato, no qual a organização da sociedade de mercado é definida sem seus traços gerais e em comparação com outras formas sociais (Cangiani, 2012, p. 13).

Para Polanyi (2012a), para identificar as transformações institucionais que moldam o processo econômico bastaria empiricamente analisar o papel de duas instituições sociais fundamentais para a subsistência humana: a *terra* e o *trabalho*. Somente com a ascensão do mercado como mecanismo principal de coordenação econômica, o controle sobre a terra e o trabalho passou a ser exercido predominantemente por meio de mecanismos de mercado, submetendo as relações sociais às lógicas econômicas. Ou seja, as relações sociais estão desenraizadas da economia, em contraste com os sistemas econômicos tradicionais, onde a economia estava imbricada em instituições sociais mais amplas, como nas sociedades tribais ou feudais.

### 3.4 PROCESSOS DE ENRAIZAMENTO

Para iniciar a caracterização do processo econômico de *enraizamento*<sup>10</sup>, ou seja, a imbricação da economia nas relações sociais, vamos apresentar a análise que Polanyi (2012a) realizou sobre os termos *status* e *contractus*. Polanyi (2012a) define *status* como os direitos e deveres que uma pessoa adquire por meio de sua posição em uma determinada estrutura social, como a família ou a comunidade. Essa instituição era predominante em sociedades tradicionais, como o feudalismo. Com a ascensão do mercado como principal mecanismo de coordenação econômica, a instituição social do *status*, baseada em relações pessoais e hierárquicas, foi gradualmente substituída pelo contrato, que estabelece relações impessoais e baseadas em acordos voluntários. Por meio dessa transformação institucional, Polanyi (2012a) identifica que a comunidade feudal, por exemplo, era organizada em torno do *status*, enquanto a sociedade industrial moderna é caracterizada pela predominância do contrato.

As comunidades caracterizadas pelo *status* se organizavam por meio de relações sociais distintas das sociedades reguladas por um sistema de mercado. A subsistência só era possível por meio da reciprocidade, ou seja, a troca de bens e serviços entre membros da comunidade, baseada em laços

<sup>10</sup> Esse termo utilizamos a partir da tradução de Vera Ribeiro na obra *a subsistência do homem e ensaios correlatos* da editora Contraponto. O termo *enraizamento* também é comumente traduzido como “incrustação” ou “imersão”.

sociais e expectativas mútuas de retribuição. Essas trocas, realizadas no âmbito da comunidade, eram motivadas principalmente pelo reconhecimento social e pela manutenção dos laços familiares. Essa instituição era fundamental para minimizar rivalidades e conflitos, promovendo a solidariedade e a cooperação entre os membros da comunidade, o que era essencial para a sobrevivência em um ambiente hostil.

Nessas sociedades tribais ou arcaicas, termos empregados por Polanyi, (2012a), o processo econômico estava *enraizado* nas relações de parentesco, que definiam as origens das atividades econômicas organizadas nesses sistemas. A produção e a distribuição dos bens eram organizadas por formas institucionais substantivas, nas quais diversos grupos dispunham de terras para produzir, caçar, pescar e coletar. A acumulação de produtos essenciais à subsistência do grupo era uma atividade coletiva, de modo que “[...] A satisfação das necessidades utilitárias amiúde não depende da posse de coisas, mas do direito de solicitar serviços” (Polanyi, 2012a, p. 105).

A organização da economia nessas sociedades buscava explorar plenamente as forças sociais comuns dos grupos. Para isso, era necessário que as relações sociais na economia estivessem enraizadas na proteção e distribuição da terra e do trabalho. A economia funcionava por meio da integração orgânica (fundamental) entre o ser humano e a natureza, possibilitando a reprodução do grupo social. Dessa forma, a instituição do processo econômico nessas sociedades era dotada de organizações compostas por unidade e estabilidade, produzindo, assim, uma estrutura social que determinava o lugar da economia na sociedade. Esses processos, historicamente instituídos e centrados na unidade e estabilidade social, operacionalizavam uma economia humana (Polanyi, 2012a).

[...] A economia humana se enraíza em instituições econômicas e não econômicas e se entrelaça com elas. A inclusão do não econômico é vital, pois a religião ou o governo podem ser tão importantes para estrutura e o funcionamento da economia quanto as instituições monetárias ou a disponibilidade dos próprios instrumentos e máquinas que aliviam o fardo do trabalho (Polanyi, 2012a, p. 302).

Polanyi (2012a) ilustra claramente que, para compreender a complexidade econômica e social das sociedades contemporâneas, é preciso considerar todas as suas dimensões institucionais. Uma grande transformação institucional na sociedade ocidental no século XIX foi a separação da economia da sociedade, que acarretou no surgimento de um novo sistema econômico: o sistema de mercado. Nesse sistema, a economia,

enquanto sistema, busca regular a sociedade, organizando-se unicamente por leis (regras) de funcionamento por meio de mercados autônomos formadores de preços. Essa é a grande transformação que foi denominada por Polanyi (2012a, 2012b) a instituição de uma economia de mercado. Essa mudança organizou a separação das instituições “não” econômicas da economia, como as organizações de parentesco e os sistemas políticos e religiosos (Polanyi, 2012a).

Laços de sangue, mandamentos religiosos, vassalagem e magia eram instituições que faziam parte do sistema econômico. Porém, com o estabelecimento do sistema de mercado, as únicas instituições organizadoras são a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado. Com isso, todo o processo institucional de uma economia humana de subsistência foi deixado de lado, e, na “moderna” sociedade de mercado, a subsistência só pode ser assegurada por instituições econômicas motivadas quase que exclusivamente por leis econômicas utilitaristas.

As proposições apresentadas por Polanyi (2012a) permitem compreender que uma sociedade com a economia enraizada pode ser identificada pelas relações sociais de produção instituídas nos sistemas econômico e social. Contudo, é preciso atentar para alguns perigos na interpretação restrita das categorias enraizamento e desenraizamento. Elas não devem ser interpretadas como duas épocas históricas distintas de um sistema econômico, como se, por exemplo, uma economia enraizada equivalesse a formações sociais pré-capitalistas e uma economia desenraizada, ao sistema capitalista (Rodrigues, 2004).

De fato, Rodrigues (2004) afirma, com base em Karl Polanyi, que economias reais (empíricas) que existem ou que existiram só podem se organizar de formas enraizadas. Assim, é preciso entender dialeticamente que esse processo historicamente instituído permite que as relações culturais, políticas, históricas, sociais e econômicas sejam as raízes do sistema econômico enquanto base institucional de uma sociedade. A organização de um sistema econômico em que instituições como a terra, o trabalho e o dinheiro são tratados como *mercadorias* acarretou um processo distinto em relação a sistemas econômicos anteriores. Esse processo é identificado como desenraizamento das relações sociais como reguladoras do sistema econômico.

É evidente que no capitalismo, enquanto totalidade econômica sistêmica, o processo de desenraizamento é perceptível, e as tensões resultantes, combinadas com as crises, permitem delinear institucionalmente

os efeitos econômicos desse processo. Contudo, o sistema econômico de mercado não deve ser entendido como totalmente desenraizado; em verdade, nunca existiu um sistema econômico completamente desenraizado, até porque a funcionalidade de um sistema na economia real só pode se realizar por meio de relações sociais de produção enraizadas (Rodrigues, 2004).

### 3.5 O PROCESSO DE DESENRAIZAMENTO

A principal característica para analisar o sistema econômico instituído a partir do século XIX é o divórcio institucional da economia em relação ao resto da sociedade. Essa é a *economia de mercado*, onde a produção e a distribuição de bens materiais são reguladas por um sistema de mercados que busca se estabelecer autonomamente (sem regulação) - *sistema autorregulador*. Nesse sistema, suas regras (leis da oferta e da demanda) são fomentadas por dois incentivos “fisiológicos” para o seu funcionamento: o medo da *fome* e o desejo de *lucro*. Esse é o arranjo institucional<sup>11</sup> que permitiu a separação das instituições sociais (não econômicas) da organização da economia. Esse arranjo instituiu o “mercado” como centro gravitacional da sociedade e estabeleceu instituições como a propriedade privada dos meios de produção e o assalariamento como fundamento institucional para a organização econômica (Polanyi, 2012a).

Para que uma economia capitalista seja totalmente autorregulada, é necessário que a humanidade e a natureza sejam convertidas em mercadorias. Karl Polanyi defende que tal perspectiva, tão cara aos defensores do neoliberalismo, é uma utopia (Block, 2012). A tentativa de desenraizamento de uma economia produz uma tensão enorme sobre a sociedade; as tentativas de desenvolver um sistema de mercado autorregulador podem levar a sociedade a uma situação de desintegração social. A produção e a distribuição de todos os bens acabam por ser determinadas pelos mecanismos da autorregulação; nesse tipo de economia, os sujeitos agem unicamente por meio de expectativas individuais utilitaristas. Por *autorregulação*, define-se que toda produção de bens em uma economia é para venda no mercado, e seus rendimentos são derivados dessas vendas. Logo, é necessário que existam mercados para todos os bens produzidos e para todos os fatores de

---

<sup>11</sup> Fiani (2011) aponta que arranjos institucionais definem a forma particular de funcionamento de um sistema econômico, coordenado as atividades econômicas. O estudo dos arranjos institucionais é importante para compreender o funcionamento do sistema econômico de mercado.

produção necessários para garantir a produção, como o trabalho, a terra e o dinheiro (Polanyi, 2012a).

[...] Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. [...] Os mercados de trabalho, terra e dinheiro *são*, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico (Polanyi, 2012b, p. 78-79).

A sociedade, nesse processo de *desenraizamento*, não é passiva; ela busca dar uma resposta por meio de contramovimentos ao avanço institucional da economia de mercado. Esses movimentos de proteção são fundamentais para resguardar a sociedade e, historicamente, foram colocados em prática por meio das legislações trabalhistas, programas de assistência social, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e ONGs. Esses contramovimentos podem assumir distintas formas e estar ou não associados a políticas do Estado (Rodrigues, 2004).

O próprio desenvolvimento do capitalismo deve ser entendido como fruto de um duplo movimento: o mercado buscou expandir-se na totalidade do sistema econômico e, em contra tendência, a sociedade buscou defender-se por meio de instituições que visassem resguardar as relações sociais na organização da sociedade humana. Essa dinâmica do sistema capitalista é interpretada por Karl Polanyi de forma distinta da tradição marxista; para ele, essa contradição não se localiza na luta de classes, mas sim na dimensão do mercado enquanto sistema econômico (Rodrigues, 2004).

Com o desenvolvimento de instituições voltadas para a oferta e a procura de bens, que se tornam predominantes em uma economia, é possível que uma sociedade e suas relações sociais sejam desenraizadas. A redução do econômico aos fenômenos próprios de uma economia de mercado elimina grande parte da história da humanidade. A própria ampliação do conceito de mercado faz com que fenômenos econômicos singulares sejam invisibilizados ou tratados como não econômicos. Um dos grandes avanços históricos do sistema de mercado foi que a terra e o trabalho se tornaram mercadorias e, como fatores de produção, apresentam seus respectivos preços formulados nas mesmas condições e regras de funcionamento de todo o mercado (Polanyi, 2012a, p. 49).

[...] A dependência essencial do ser humano em relação à natureza e a seus semelhantes, para obter meios de subsistência, foi posta sob o controle dessa moderna criação institucional de poder superlativo, o mercado, que se desenvolveu da noite para o dia a partir de um começo modesto. Essa engenhoca institucional, que se tornou força dominante da economia – agora justificadamente descrita como *economia de mercado* –, originou um fenômeno ainda mais extremo: uma sociedade inteira inserida no mecanismo de sua própria economia – a *sociedade de mercado* (Polanyi, 2012a, p. 51-52).

Essa transformação (a sociedade de mercado) invisibiliza uma “ruptura violenta” nas condições de reprodução de várias sociedades. A ficção de um mercado autorregulador só é possível por meio de transformações institucionais “radicais”, nas quais o trabalho e a terra passam a ser livremente comprados e vendidos, e o sistema econômico absorve essas duas instituições históricas. Com isso, podemos definir que uma economia desenraizada é uma economia cujas relações sociais são separadas da própria economia, e as únicas forças que regem o sistema econômico são as leis da *oferta-procura-preço*. Contudo, como Polanyi (2012a) ressaltou, um mercado autorregulador é uma falácia, pois, se ele de fato se autodeterminasse, as sociedades contemporâneas já teriam entrado em colapso. No entanto, o que faz com que o sistema econômico de mercado permaneça em funcionamento são as transformações de três instituições em mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro.

### 3.6 A FICÇÃO DAS MERCADORIAS TERRA E TRABALHO

Na perspectiva polanyiana, a instituição do sistema capitalista de produção subordinou a interação social ao intercâmbio mercantil, transformando as relações humanas e desumanizando a própria sociedade ao condicionar os indivíduos e a natureza a uma racionalidade individualista. Tornando predominantes os valores mercantis como sociabilidade econômica, alienando, assim, a sociedade humana a uma lógica de mercado (Schneider; Escher, 2011).

Para Polanyi (2012a), um dos aspectos mais importantes do processo histórico de emergência do sistema de mercado é que a natureza e o ser humano se tornaram mercadorias, transformadas em meros fatores de produção. Dessa forma, seus preços passaram a ser formulados nas mesmas condições e regras de funcionamento de todo o mercado.

Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse, de alguma forma, subordinada às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir em uma sociedade de mercado.

[...] Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. [...] Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado (Polanyi, 2012b, p. 93).

Ao longo da história da humanidade, a terra sempre desempenhou um papel determinante para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. No sistema econômico do feudalismo, por exemplo, a terra era a base dos sistemas militar, jurídico, religioso, administrativo e político, e seu status e função social eram determinados institucionalmente pela Igreja e pela nobreza. Sua posse podia ser totalmente transferível, sob algumas restrições do senhor feudal ou da Igreja, o que implicava que a propriedade era, em muitos casos, transitória ou mesmo comunal a um grupo (Polanyi, 2012b).

A mercantilização do trabalho e da terra foi a condição inicial para o estabelecimento de uma economia de mercado, mas tanto o trabalho quanto a terra são, na essência, nada mais do que os próprios seres humanos e a própria natureza. Os mecanismos do mercado autorregulador buscam subordinar a própria substância da sociedade e da natureza por meio da instituição de uma economia de mercado. Para Polanyi (2012a, 2012b), trabalho, terra e dinheiro não são mercadorias, pois o postulado econômico clássico de que tudo que deve ser comprado e vendido no mercado deverá ser produzido não se enquadra na lógica de “produção” dessas três “mercadorias”. [...] Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias (Polanyi, 2012b, p. 78).

Um exemplo dessa transformação foi o desenvolvimento da indústria a partir do século XIX, por meio das transformações sociais e produtivas advindas do crescimento da produção manufatureira. Com o advento da indústria manufatureira, desenvolveu-se necessariamente um comércio mundial que possibilitou essa expansão. Outro ponto foi a especialização tecnológica oriunda desse processo, que implicou transformações profundas no sistema fabril, potencializando a produtividade. Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos

da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro” (Polanyi, 2012b)

A ideia de que a terra é uma mercadoria só é possível em uma economia onde o processo de *desenraizamento* se encontra instituído, ou seja, onde o sistema de mercado já está desenvolvido. No entanto, o pressuposto de que pode existir um sistema econômico onde o mercado é totalmente autorregulado é utópico. Para realizar tal façanha, seriam necessárias enormes transformações sociais e econômicas em uma sociedade onde a terra não pode ser produzida; ela é, em si, a própria natureza. E sua função econômica, que lhe é atribuída como fator de produção ou mesmo reserva de valor, acaba por ser apenas uma das diversas funções sociais que esse elemento tem na própria subsistência do ser humano.

A comercialização da terra é um processo histórico que pode ser identificado no apogeu do feudalismo e que, gradativamente, vem se intensificando nas sociedades urbanas e rurais ao longo dos últimos séculos. A transformação institucional que levou o trabalho da condição de servidão para o trabalho livre assalariado só foi possível por meio de outra transformação institucional: a passagem da terra livre comunal para a terra como propriedade privada. Essas transformações institucionais foram e são determinantes para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista (Polanyi, 2012b; Wood, 2001).

### 3.7 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO ESTADO

Compreender que o Estado, por meio de sua ação institucional, regula o funcionamento do sistema econômico de mercado é, por si só, uma distinção que a análise de Karl Polanyi construiu em relação a outros economistas, que relegam ao Estado um papel de mero suporte ou estorvo do processo econômico. O economista português José Reis definiu o Estado como a instituição das instituições; essa instituição carrega em si os próprios mecanismos essenciais da existência de uma economia de mercado. Compreender o Estado e suas relações com o mercado e a sociedade como instituições opostas e até rivais é incorreto. Precisamos, para não cair nessa limitação, de uma abordagem institucionalista nos termos de Polanyi (2012a, 2012b), ou seja, uma economia política institucionalista do Estado e do mercado. Reis (2012) defende que se busquem, nas ontologias do Estado e do mercado (sistemas econômicos), os reflexos de suas complexidades e, ao mesmo tempo, evidenciem-se os fortes laços entre as funções do Estado,

que historicamente ajudou a instituir o sistema econômico de mercado (Polanyi, 2012b).

Institucionalmente, o Estado cumpre o papel de regular outras instituições na busca de configurar as dinâmicas sociais e econômicas. A ação social do Estado não deve se limitar a uma noção contratualista que sirva apenas para garantia de um espaço despolitizado chamado mercado. O fato de o Estado ser uma construção substancialmente social implica uma complexidade institucional que apresenta uma espessura material que se faz presente nos planejamentos políticos e econômicos que os governos aplicam. Dessa forma, o Estado não apenas regula as relações sociais na sociedade, ele mesmo é fruto delas (Reis, 2012).

O papel do Estado na economia e na sociedade, e seu significado institucional, possuem uma forte densidade material e são produto da evolução histórica. Mais ainda, esse papel resulta, em sua maior parte, de tensões sociais cuja resolução, sob a forma de acordos ou compromissos, se torna necessária e, uma vez obtida, passa a constituir um novo patamar que serve de suporte a dinâmicas sociais subsequentes. Além disso, apesar de ser produto das dinâmicas históricas, o papel do Estado constitui uma relação hierárquica. O Estado é, ao mesmo tempo, um configurador das dinâmicas coletivas e um definidor de uma determinada ordem relacional, através da legitimidade que obtém e do poder que o define (Reis, 2012, p. 21).

O Estado, em sua forma contemporânea, desenvolve competências em um leque de ações sobre o papel material das economias, mas ele também, como instituição das instituições, é fruto das disputas e tensões políticas e econômicas na sociedade. O domínio do Estado é historicamente dinâmico e evolutivo, sendo necessário tratarmos de suas dimensões econômica e política, que definem sua relação institucional Estado/Mercado. Polanyi (2012b) apresenta uma análise esclarecedora da ação do Estado para constituir o mercado que irá regular a própria substância da vida humana. Utilizando a Inglaterra como realidade social particular, ele reconstituiu um arcabouço de legislações<sup>12</sup> que formaram a base institucional da formação dos mercados para as três mercadorias fictícias: a terra, o trabalho e o dinheiro.

Esses são os pilares que constituem a base da economia de mercado, uma economia onde o processo social está subjugado às relações mercantis em última instância. Em sociedades anteriores, todo o sistema econômico

---

<sup>12</sup> A Lei da pobreza “Poor Law” de (1601); a Spenhaanland (1795); Leis de cercamentos (1700), Lei dos Cerais (1846) e a Lei dos Bancos (1844) que estabeleceu o princípio da instituição monetária do padrão-ouro (Polanyi, 2012b).

encontrava-se enraizado nas relações sociais, e nessas sociedades o Estado já era presente e tinha um papel importante. A intervenção do Estado já havia estabelecido a liberalização do comércio para além dos limites territoriais da cidade medieval; ele também interveio nas consequências desse processo de intensificação do comércio por meio da (des) regulação dos monopólios, e isso colocou em sério risco as sociedades.

Rigorosamente, mesmo os defensores da ideologia do *laissez-faire* na economia deveriam reconhecer que não é possível conceber um projeto liberalizante de uma economia (desenraizada) sem o auxílio do Estado (Polanyi, 2012b). A partir desse entendimento, tenhamos clareza, pela realidade social, de que os objetivos do neoliberalismo são inatingíveis. Pois, em última instância, as consequências da busca por expansão dos mercados a toda esfera da vida social acarretarão um risco à existência da própria sociedade, e é por isso que Polanyi (2012b) define essa concepção como utópica ou, melhor seria *distópica*.

As sociedades contemporâneas estão aparentemente passando por um processo de desenraizamento econômico. No controle do Estado, encontramos representantes das elites econômicas, que se revelam capazes de ir a todo custo em direção à liberalização da economia de forma radical, nem que para isso se “fabrique” consentimento na sociedade ou mesmo se destrua a democracia. A perspectiva teórica polanyiana da economia capitalista de mercado como “desenraizada” é extremamente relevante para podermos compreender a própria evolução institucional da sociedade “moderna” de mercado (Cangiani, 2012). A mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro como mercadorias poderá levar à destruição da sociedade (Stanfield, 1986). E é por isso que um mercado autorregulador é um ideal incompatível com uma organização social e econômica; submeter a sustentação e o estado de providência da sociedade a mecanismos regulados por leis de mercado é um risco à subsistência humana.

## 4 CONCLUSÃO

O artigo apresenta uma síntese robusta da teoria da economia substantiva de Karl Polanyi, contrapondo-a à perspectiva formalista da economia neoclássica. O texto define a economia como um processo instituído, o que significa que as atividades econômicas não são frutos de uma racionalidade individualista isolada, mas estão profundamente ligadas a instituições sociais, políticas e culturais. A síntese central da obra reside

na crítica à “falácia economicista”, que é a tentativa de reduzir toda a complexidade da subsistência humana à lógica do mercado autorregulador e da escolha racional perante a escassez, ignorando que o sistema de mercado é uma construção histórica específica e não uma condição natural da humanidade.

Dentre os principais pontos de colaboração do artigo, destaca-se a sistematização das formas de integração econômica – reciprocidade, redistribuição, domesticidade e troca – que explicam como diferentes sociedades organizam a produção e a distribuição de bens. O texto contribui ao explorar os conceitos de enraizamento (*embeddedness*) e desenraizamento, revelando como o capitalismo industrial promoveu um divórcio institucional entre a economia e a sociedade. Outra colaboração essencial é a análise das “mercadorias fictícias” (terra, trabalho e dinheiro), demonstrando que a tentativa de as submeter inteiramente ao mercado gera tensões sociais profundas que exigem contramovimentos de proteção da sociedade e a intervenção reguladora do Estado.

Os objetivos do artigo foram plenamente alcançados, pois consegue-se demonstrar a relevância contemporânea da teoria de Polanyi para compreensão de economias reais que o arcabouço ortodoxo muitas vezes ignora. O texto conclui com êxito que a economia de mercado não pode ser dissociada de fatores sociais e políticos, reforçando que um sistema totalmente autorregulado é uma utopia inviável que colocaria em risco a própria sobrevivência humana. Ao final, o artigo entrega uma base teórica sólida que incentiva uma abordagem interdisciplinar para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

BLOCK, F. Introdução. *In*: POLANYI, K. **A grande transformação**. Lisboa: Edições 70, 2012. 81-109 p.

CANGIANI, M. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. *In*: POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 11-44.

FIANI, R. **Cooperação e conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 1-14 p.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012b. 73-82; 199-212 p.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a. 384 p.

REIS, J. Estado e mercado: uma perspectiva institucionalista e relacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, Coimbra, dezembro, 2012. disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/4355>. Acesso em: 29 abr. 2026.

RODRIGUES, J. Endogenous preferences and embeddedness: a reappraisal of Karl Polanyi. **Revista Journal of Economic Issues**, Oxford, p. 189-200, 2004. DOI:10.1080/00213624.2004.11506671.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Revista Sociologias (UFRGS. Impresso)**, Porto Alegre, v. 13, p. 180-219, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 29 abr. 2026.

STANFIELD, J. R. **The economic thought of Karl Polanyi**. Palgrave Macmillan, 1986. 93-124 p.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 29-35 p.